



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

152
JP

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO n. 0302604-2

EMBARGANTE : IRH/PE
PROCURADOR : ROSANA CLÁUDIA LOWENSTEIN FEITOSA
EMBARGADO : JOÃO ALVES DA LUZ
ADVOGADO : GRACIANE APOLONIO DA SILVA OAB/PE 18147
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. SASSEPE. OMISSÃO QUANTO A MULTA DIÁRIA FIXADA. INOCORRÊNCIA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO CONSTITUEM MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE APENAS ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

I - Alegando a existência de omissão no Acórdão de fls. 129/130, oriundo do julgamento do recurso de agravo na apelação nº 0302604-2, o INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH/PE opôs os presentes embargos, objetivando a declaração do julgado.

II - É de bom alvitre consignar que não houve omissão quanto a multa diária fixada na hipótese de descumprimento da decisão. Trata-se de inovação em sede recursal, constituindo argumento novo não abordado no momento processual adequado.

III - A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

IV - Por essa via, não se tenta modificação, anulação ou referenda do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a espancar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

V - Rejeição dos embargos. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

153
Top.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração no Agravo nos autos da Apelação nº 0302604-2, em que figuram como Embargante o INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH/PE e como Embargado JOÃO ALVES DA LUZ, respectivamente, ACORDAM os Desembargadores da Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, conhecer e REJEITAR o recurso de integração, na conformidade do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que integram este aresto.

Recife, 24.09.13.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

154
v.p.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO n. 0302604-2

EMBARGANTE : IRH/PE
PROCURADOR : ROSANA CLÁUDIA LOWENSTEIN FEITOSA
EMBARGADO : JOÃO ALVES DA LUZ
ADVOGADO : GRACIANE APOLONIO DA SILVA OAB/PE 18147
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão de fls. 129/130 proferido no recurso de agravo nos autos da apelação n. 0302604-2. O embargante alega que pode haver certa demora no cumprimento da obrigação de entrega de insumos e a realização de cirurgia pelo SASSEPE, em decorrência de circunstância alheia à vontade do embargante, sendo descabida, portanto, a imposição de exorbitante multa diária na hipótese da ocorrência de tal atraso, vide fls. 145.

Considera que a fixação da multa diária em R\$ 1.000,00 (mil reais) configura um ônus excessivo, malferindo o disposto no art. 461, §4º do CPC, bem como ofende as noções de equidade que devem pautar as decisões judiciais.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o desate da controvérsia.

O feito independe da inclusão em pauta de julgamento, consoante reza o art. 85, alínea d, do RITJPE.

Recife,

24.09.13.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

155
Top.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO n. 0302604-2

EMBARGANTE : IRH/PE
PROCURADOR : ROSANA CLÁUDIA LOWENSTEIN FEITOSA
EMBARGADO : JOÃO ALVES DA LUZ
ADVOGADO : GRACIANE APOLONIO DA SILVA OAB/PE 18147
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

Alegando a existência de omissão no Acórdão de fls. 129/130, oriundo do julgamento do recurso de agravo na apelação nº 0302604-2, o INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH/PE opôs os presentes embargos, objetivando a declaração do julgado.

Sem nenhuma razão, contudo.

É de bom alvitre consignar que não houve omissão quanto a multa diária fixada na hipótese de descumprimento da decisão. Verifico que se trata de inovação em sede recursal, constituindo argumento novo não abordado no momento processual adequado. Sobre este aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO ESPECIAL DESEGUNDO-SARGENTO. LEIS N. 3.765/1960 E 4.242/1963. BENEFÍCIO DENATUREZA ASSISTENCIAL. REQUISITOS. MATÉRIA NÃO VENTILADA NA APRECIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 211/STJ E 282 E 356/STF. 1. Inviável a análise de teses alegadas apenas em embargos de declaração, por caracterizar inovação recursal. 2. Embargos de declaração rejeitados. (1078842 PE 2008/0169510-2, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 22/11/2011, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: Dje 19/12/2011)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA E INOVAÇÃO DE ARGUMENTOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. CÓDIGO DE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

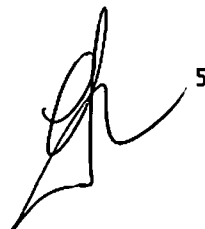
156
Top

PROCESSO CIVIL (484912 RS , Relator: Min. CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 28/08/2012, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-184 DIVULG 18-09-2012 PUBLIC 19-09-2012, undefined)

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO DE QUE A MATÉRIA SUSCITADA NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REPRESENTA INOVAÇÃO RECURSAL. PROCEDÊNCIA. OMISSÃO INEXISTENTE. ART. 110 DO CTN. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. 1. A Fazenda Pública afirma que não deveria ter sido reconhecida a violação do art. 535 do CPC, pois a agravada, quando se opuseram Embargos de Declaração nas instâncias de origem, apresentou questões não suscitadas em momento anterior. 2. Efetivamente, na Apelação interposta pela empresa não se propôs discussão a respeito do art. 110 do CTN, razão pela qual sua inserção tardia nos aclaratórios representou inovação recursal, o que desqualifica a tese de omissão no acórdão do Tribunal de origem. 3. A Corte local compôs a lide mediante enfoque constitucional (compatibilidade da Lei 10.833/2003 com o princípio da não cumulatividade, art. 195, § 12, da CF/1988). 4. É inadmissível Recurso Especial quanto à questão (art. 110 do CTN e art. 299 do Regulamento do Imposto de Renda), que, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal de origem. Incidência da Súmula 211/STJ. 5. Agravo Regimental provido para conhecer parcialmente do Recurso Especial e, nessa parte, negar-lhe provimento. (STJ, AgRg no AgRg no REsp 1316707 / RJ AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2012/0062839-0, Ministro HERMAN BENJAMIN, T2 - SEGUNDA TURMA, 28/08/2012, DJe 03/09/2012)

A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

Por essa via, não se tenta modificação, anulação ou referenda do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a espantar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisório.

 5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

154
Top.

Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima".

Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).

O c. Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal" (RTJ 173/29, junho/2000).

Nessas condições, o e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado (cf. RJTJSP 111/114)".

Forte em tais razões, incorrente qualquer vício de compreensão e sabido que os aclaratórios não constituem meio hábil ao reexame da causa, REJEITO os embargos, mormente em se sabendo que a questão do desacerto ou

6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

158

Top.

injustiça da decisão - só para argumentar - não desafia pedido de sua declaração (recurso de integração), e sim recurso de reforma ou modificação.

É como voto.

Recife, 24.09.13.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada